

O LADO NEGRO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: PERSPECTIVAS DE UMA JUSTIÇA RACIAL

Daniel Bocchini (PPGE-UNINOVE)
Manuel Tavares (PPGE-UNINOVE)

INTRODUÇÃO

É notável que uma das mais importantes marcas da contemporaneidade é a multiplicidade cultural. Cotidianamente é possível observar e conviver com uma imensa diversidade de indivíduos que possuem tradições, costumes, gostos, traços físicos, condições sociais e opções religiosas, totalmente diferentes dos nossos. Essa forte característica, que chamamos de globalização, é considerada por muitos pensadores e cientistas, de diferentes áreas do conhecimento, como um conceito chave para compreender os dias atuais. Nesse sentido, devemos admitir sua complexidade a partir da impossibilidade de reduzir sua análise a uma única variável, ou seja, o fenômeno da globalização envolve diferentes dimensões – social, política, econômica, cultural e tecnológica.

Nessa configuração, influenciada também pela diluição das barreiras geográficas, a sociedade possibilita aos indivíduos novas maneiras de ser e estar no mundo, fazendo com que os espaços sociais, que promovem os encontros entre as pessoas, se transformem em cenários que se caracterizam pelo constante movimento de atração e repulsa, na medida em que existe uma tentativa de determinadas posições se sobreporem em relação às demais. Em outras palavras, podemos dizer que esse distanciamento entre os indivíduos, de certa forma, pode ser explicado pelo forte apelo a uma padronização dessas mesmas formas de ser e estar no mundo, sendo essa: euro-americana, branca, letrada, masculina, com determinadas características físicas, heterossexual e cristã, que se encontra arraigado e estabelecido no imaginário social e naturalizada no convívio diário dos indivíduos.

Esse processo de padronização estabelece a divisão da população, em ao menos, dois grupos de oposição: incluídos/excluídos – como exemplo rico/pobre homem/mulher, branco/negro e heterossexual/homossexual – nesse sentido, Candau (2011) nos ajuda a compreender que tais diferenças são oriundas de uma realidade sócio-histórica, ou seja, são processos discriminatórios que determinados grupos sociais passaram por um determinado tempo na história humana que reberveram até os dias atuais, num contínuo movimento de construção-desconstrução-construção, ressaltando que tais dinâmicas se configuram nas relações sociais e são embutidas de questões de poder, que por sua vez, são produzidas através da subjetividade dos discursos.

Dentro dessa panorâma, a desigualdade se torna um grande problema que grande parte dos países enfrentam atualmente, sendo muito relevante, principalmente, nos países chamados não desenvolvidos, que é o caso do Brasil. Mesmo compondo o cenário das maiores potências econômicas do mundo, e, embora nos últimos anos tenha diminuído consideravelmente, estudos apontam que somos o quarto país do mundo no *ranking* da desigualdade, assim, podemos constatar que definitivamente o Brasil ainda não é um país de todos. Para termos uma idéia, dados divulgados recentemente pelo IBGE reforçam o quadro social brasileiro, dos 190 milhões de habitantes 55 milhões, ou seja, aproximadamente 1/3 da população encontra-se na linha da pobreza, outro importante marcador divulgado no ano de 2012 apontam que os 10% mais ricos eram responsáveis por quase a metade da renda do país.

Na tentativa de explicar esses números diversos estudos como o de Barros e Mendonça (1995), Henriques (2000), Jaccoud e Theodoro (2005) e Barros *et.al* (2006) apontam que a desigualdade social brasileira é marcada por ser um processo complexo e amplo, ou seja, se caracteriza por ser um fenômeno histórico e social que pressupõe a manutenção de uma organização de um sistema desumano, onde os pobres são produzidos independente da situação econômica, essa relação também pode ser compreendida através da letra de um *rapper* brasileiro chamado Emicida que aponta o sistema como uma “máquina” de moer pobre.

A complexidade que se apresenta a desigualdade social, em nosso país, torna-se inquestionável a partir do caráter multifacetado que a forma. Para construirmos uma idéia do que isso representa se utilizarmos como referência a questão regional encontraremos enormes diferenças em relação à concentração de renda, por exemplo, entre a região do sul e nordeste, que segundo o IBGE correspondem respectivamente o primeiro (0,771) e o quinto lugar (0,610) entre as cinco regiões do Brasil nos índices do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que procura identificar como a população está vivendo em determinado lugar, tendo como base a qualidade de vida, renda per capita, mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, expectativa de vida, nível de escolaridade e qualidade dos serviços básicos (saúde, educação, saneamento).

Se continuarmos a análise, agora local, vemos que não precisamos ir tão longe, se nos atentarmos a própria cidade de São Paulo, notavelmente, já iremos nos deparar com números assustadores, segundo uma pesquisa realizada pelo Movimento Nossa São Paulo e o IBOPE, no item emprego a diferença entre o melhor bairro (Itaim Bibi) e o pior (Marsilac) é de 2218, 6 vezes – cerca de 300 mil empregos no primeiro distrito contra apenas 136 no segundo – em relação ao analfabetismo, a discrepância entre o melhor e o pior bairro é de 2,4 vezes, no tocante a homicídio a diferença é de 28,5 vezes.

Porém, esse quadro brasileiro de desigualdade reserva certa particularidade a determinados grupos sociais, quando comparado a questão do gênero existe uma parcela significativa das mulheres que se enquadram no extrato de baixa renda. Verificando as condições sociais de homossexuais também não são diferentes, pesquisas realizadas por Poty

(2009) e Freitas (2011) retratam que os números da evasão escolar entre esse grupo assustam, os motivos não passam nem perto do fracasso escolar, sendo causado pela exclusão, preconceito, discriminação e violência por parte de alunos e professores, pensando no futuro dessa questão e, conseqüentemente, dessa população trará enormes prejuízos quanto a sua formação e acesso ao mercado de trabalho.

Outro importante aspecto de manifestação da desigualdade no Brasil, assunto que a presente pesquisa pretende se debruçar, está concentrada nas diferenças em função da origem étnica. A discriminação racial, em relação aos negros, em nosso país adquire determinada especificidade se comparadas a outras nações, primeiro porque fomos a nação que trouxe o maior número de negros no período escravocrata, segundo porque fomos o último país cristão no mundo a acabar com a escravidão dos negros, e, terceiro por atualmente possuímos o local com o maior número de negros fora do continente africano. Segundo o Censo 2010, produzido pela IPEA e o IBGE, se declararam negro - inclui-se pretos e pardos - 97 milhões de habitantes, e o número de brancos foi de 91 milhões. Comparada à década passada, obteve-se um crescimento de 2,5%, fato que pode ser explicado em partes pela fecundidade das mulheres negras e também em partes pela crescente tentativa de reconhecimento por meio de políticas públicas que fazem os negros se autodeclararem como negros.

No entanto, não podemos nos iludir com esses números nem com essas possíveis explicações, quando analisamos a condição da população negra no Brasil nos deparamos com dados alarmantes, a Secretária de Assuntos Estratégicos do Governo Federal em parceria com a Faculdade Zumbi dos Palmares, com a Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Fundação Getúlio Vargas produziu o primeiro banco de dados da população negra, com isso, seguem alguns deles: a renda média domiciliar *per capita* da população negra e metade se comparada à população branca; dos 24 milhões de indivíduos que se localizam na “linha de indigência” 70% são negros; possuem as piores posições no mercado de trabalho; lideram a lista nos índices do desemprego e no trabalho informal; entre os negros está o maior índice de trabalho infantil; a menor cobertura do fator previdenciário; e, é a população mais carente habitando em áreas com baixa ou nenhuma infraestrutura básica – como saúde, saneamento, transporte, segurança e etc.

Através dessa perspectiva, Sylvia Nunes (2006) destaca que o Estado sempre foi omissivo a situação do negro, pois todas as injustiças e humilhações sofridas são revertidas à culpa do próprio afrodescendente, nessa dinâmica, por conta de monobras ideológicas as relações de poder passam a ser concebidas em algo natural, sem qualquer relação com a raça. Além disso, Carvalho e Canen (2010) acrescentam que a marginalização da identidade negra também está associado à interconexão de fatores sociais, situação diaspórica, culturas locais, gênero e linguagem.

Apesar da ingênua democracia racial que somos cotidianamente forçados a acreditar em nosso país, não é muito difícil nos depararmos com manifestações racistas, que em momentos se apresentam de forma escancarada e evidente como em massacres ou de maneira silenciosa e sutil. Partindo desse pressuposto, Jaccoud e Theodoro (2005) classificam duas formas de discriminação a direta e indireta. Entende-se por direta uma prática mais explícita que utiliza a cor como determinante de exclusão ou restrição. A indireta, como a pouco comentamos, se manifesta por sua invisibilidade e por tons aparentemente neutros e naturais, sendo essa mais difícil de ser enfrentada, assim, como afirma Barbosa Gomes (2001, p.20) “ora tornando-se banais e, portanto, indigna de atenção salvo por aqueles que dela são vítimas, ora se dissimulando através de procedimentos corriqueiros, aparentemente protegidos pelo Direito”.

Quando aprofundamos na temática educacional, esse quadro permanece irreversível, ou seja, dos negros liderando os piores dados e em último nos melhores. Dados de 2010 do Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) trazem que o índice de analfabetismo entre os negros é de 13,3% enquanto dos brancos é mais que a metade, 5,9%; a partir dos 15 anos a população branca possui uma média de 8,4 anos de estudos contra 6,7 anos dos negros, representado quase 2 anos de diferença; na faixa dos 15 a 17 anos de idade, 60% dos alunos brancos estão no ensino médio, enquanto apenas dos negros 32%. Essa defasagem do negro no sistema educacional não pode ser justificada apenas pela diferenças sócioeconômicas, pesquisas como o de Soares *et.al* (2002), Jaccoud e Beghin (2002) e Albenarez (2002) corroboram com essa questão a partir de comparações realizadas entre o desempenho de alunos brancos e negros, mesmo controlando os níveis sócioeconômicos, isto é, simulando que os negros fossem oriundos de condições de escolaridades de pais do mesmo nível que dos brancos, ainda assim, obtiveram resultados inferiores. Tal fato pode sugerir que haja dentro das escolas um tratamento discriminatório ou abordagens temáticas raciais que inferiorizam e provocam um impacto negativo no aluno negro.

Quando levamos essa discussão para o ensino superior, essa situação não é diferente. A negritude representa uma parcela mínima nesse nível de ensino, segundo os dados do Censo no Ensino Superior de 2011, os negros representam apenas 19,8%, ou seja, ainda 80% da população negra do Brasil não frequenta os bancos universitários. Vale destacar que esses números expressam apenas o acesso dessa população a essa modalidade de ensino, se considerarmos a porcentagem de conclusão desses que ingressaram nas universidades, pesquisas apontam que gira em torno de 5%.

Por caracterizar-se um espaço para poucos, o ensino superior brasileiro, tem pela frente um enorme desafio que diz respeito a sua reforma e ampliação, principalmente, na tentativa de elaborar soluções que respondam a essa significativa desigualdade racial, tanto no acesso quanto na permanência, que infelizmente marcam seu contexto. Desse modo, Gomes e Vieira (2013) nos mostra que a história do ensino superior em nosso país apresentou quatro ciclos

expansionistas, sendo o primeiro entre a criação das primeiras instituições até o início dos anos sessenta, o segundo, em meados dos anos sessenta até os anos noventa, o terceiro ciclo, no intervalo entre os anos noventa e o início dos anos dois mil, e, o último e atual do meio da década dos anos dois mil até recentemente. Ainda segundo as autoras, esse aumento do número de vagas e de instituições é produto do grande crescimento no consumo dos bens culturais, em grande parte, devido às famílias pobres que outrora nem imaginavam adentrar numa sala de ensino superior, passam a reconhecer as universidades como um importante caminho na tentativa de mudar de vida.

Esse movimento é fortemente marcado diversas manifestações sociais que incluem em seus planos de luta o acesso e permanência na universidade. Uma das ações políticas que integram o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) e que contribuiu sobremaneira para o crescimento do ensino superior, foi à criação do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), que dentre outros objetivos visa: aumentar o número de vagas na graduação; a ampliação da oferta de cursos noturnos; a promoção de inovações pedagógicas e o combate a evasão. Ações que possuem como meta diminuir a desigualdade social no país.

Dentro desse cenário, o movimento negro também se levantou na discussão de políticas que possibilitasse a democratização das universidades, uma das primeiras políticas afirmativas adotadas pelo governo foi à modalidade de cotas raciais, que há pouco tempo foi decretada pela Lei 12.711/2012. Outras ações afirmativas também foram adotadas a fim de diminuir essa desigualdade racial (política de cotas, isenção na taxa de inscrição nos vestibulares, cursinhos populares e etc). É importante destacar que essas ações possuem como objetivo reconhecer e reparar os danos históricos, em grande parte causada pela vulnerabilidade do Estado, que a população negra sofreu ao longo dos anos, e que de certa maneira impede uma participação igual na sociedade.

Além disso, nos últimos anos foram implantadas no Brasil algumas universidades que estão sendo denominadas de alternativas ou populares na medida em que apresentam diferenças com relação às universidades ditas tradicionais ou clássicas, portanto, possuem diferencial no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), na matriz curricular e nas formas de ingresso de docentes e discentes. Seguindo os passos de Tavares (2013), essas instituições são caracterizadas por uma experiência desafiante na medida em que caminham para um sentido contrário ao modelo universitário americano, ou seja, possibilitam a construção de uma universidade intercultural, que tem como pressuposto as epistemologias que, historicamente, foram negadas e silenciadas, como é o caso dos negros. Na perspectiva de uma educação superior que privilegie os oprimidos Florestan Fernandes (1975, p. 268) diz:

“... é de esperar-se o advento de uma mentalidade pedagógica e de uma administração de espírito igualitário, antielitista e que deixe um lugar crescente para a cogestão na vida cotidiana da universidade. O educador que

“educa os outros” e o reformador que “reforma para os outros” são entidades condenadas ao desaparecimento. Daí as ponderações, que visam transcender ao imediatismo estreito do presente e às limitações intrínsecas à “universidade ambígua” que conhecemos, para situar o debate no plano do mesmo em que a universidade deixa de ser uma “privação necessária” para ser comum e de todos.”

Com esse intuito, no ano de 2010 foi criada pela Lei Federal nº12.289/2010 a Unilab (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), localizada no município de Redenção (CE), primeira cidade no Brasil na abolição da escravatura. Suas atividades tiveram início no dia 25 de maio de 2011, dia que se comemora a África. Sua missão no cenário do ensino superior é:

“Produzir e disseminar o saber universal de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de expressão em língua portuguesa – especialmente os africanos, estendendo-se progressivamente a outros países deste continente – por meio da formação de cidadão com sólidos conhecimentos técnicos, científico e cultural e comprometidos com a necessidade de superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente.”

De acordo com o 2º artigo da Lei que prevê sua criação, os objetivos institucionais da Unilab são:

“... ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.”

Portanto, considerando esse cenário, a presente pesquisa busca compreender e discutir em que medida a Unilab promove a inclusão dos alunos negros, partindo do pressuposto que no seu próprio nome da instituição está a palavra integração e que, como vimos, procura se pautar numa educação contra-hegemonica, privilegiando o olhar do colonizado ao do colonizador.

CAMINHO METODOLÓGICO

Parte de um amplo projeto denominado “Universidade Popular no Brasil”, realizado pela UNINOVE (Universidade Nove de Julho), cujo objeto é estudar as matrizes institucionais, da estrutura e do funcionamento de quatro universidades (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB; Universidade da Integração Latino-Americana - UNILA; Escola Nacional Florestan Fernandes; e, Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS) recentemente criadas e que se propõem como instituições alternativas às universidades chamadas de clássicas. Sendo esse, produto do projeto OBEDUC (Observatório da Educação) financiado pela CAPES.

Desse modo, a presente pesquisa será realizada na Unilab, campus Redenção, no estado do Ceará, cerca de 60 km da capital. Além desse campus, a instituição possui mais dois, um no próprio estado do Ceará, na cidade de Acarape, 57 km de Fortaleza, e o outro campus é localizado no estado da Bahia, no município de São Francisco do Condo, 67 km da capital baiana. Segundo dados do site da universidade, nas duas modalidades de ensino (graduação e pós-graduação) nas formas presencial e a distância a Unilab possui um total de 2698 estudantes, sendo: 1.171 do Brasil; 32 da Angola; 50 do Cabo Verde; 181 de Guiné-Bissau; 12 de Moçambique; 29 de São Tomé e Príncipe; e, 72 do Timor Leste. Divididos em 8 cursos de Graduação (Administração Pública, Agronomia, Bacharelado em Humanidades; Ciências da Natureza e Sociedade; Enfermagem; Engenharia de Energia; Letras- Língua Portuguesa e Bacharelado em Administração Pública) e 6 cursos de Pós-Graduação, Especialização (Gestão Governamental; História e Cultura Afro-brasileira, Indígena e Africana; Gestão Pública; Gestão Pública Municipal; e, Gestão em Saúde) e ainda um curso *Stricto Sensu* (Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis).

Diante dos pressupostos que o justifica, esse estudo está configurado em um perfil exploratório e explicativo e de natureza quali-quantitativa. De acordo com Severino (2007) esse tipo de pesquisa se propõe a levantar informações e mapear a forma de atuação de determinado objeto, além disso, avança no sentido de procurar identificar e analisar as causas de sua ocorrência.

Assim, dividimos a pesquisa em três diferentes etapas, nas quais buscamos através de entrevistas, questionário e análise de documentos elucidar o objetivo proposto. Dessas etapas, já foram realizadas as entrevistas. Foram entrevistados seis professores responsáveis cada um por uma pró-reitoria, segue as áreas: Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura; Pró-Reitoria da Graduação; Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; Pró-Reitoria EAD; Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis; e, Pró-Reitoria de Relações Institucionais. As entrevistas foram previamente agendadas e gravadas com um aparelho Mp3 da marca Sony e transcritas na íntegra, nesse momento, encontra-se na fase de análise. Para a análise das entrevistas, iremos utilizar a técnica da análise de discurso.

As outras etapas encontram-se em processo de elaboração, visto que, ainda é preciso levantar todos os documentos disponíveis da universidade para iniciar uma análise, e, em relação ao questionário, estamos aguardando o resultado da análise das entrevistas que poderá nos fornecer importantes elementos que irão compor as perguntas do questionário, que por sua vez será aplicado aos coordenadores e alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBENAREZ et.al. Qualidade e equidade no ensino fundamental brasileiro. In. **Pesquisa e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IPEA, v.23, n.3, 2002.

BARROS, R. et.al. Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira. **Econômica**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.117-147, 2006.

BARROS, R.P; MENDONÇA, R. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA (texto para discussão 366),1995.

CANDAU, V.M.F. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**, v.11, n.2, pp.240-255, jul/dez 2011.

CARVALHO, M.L.G; CANEN, A. A linguagem como afirmação cultural da identidade negra: lições e desafios de um contexto educacional pós-colonial. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v.1, n.1, p.103-116, jan./jun. 2010.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira: reforma ou revolução**. São Paulo: Alfa-Omega, 2ª ed, 1975.

FREITAS, J.C.R. Exclusão social, fracasso e evasão escolar de jovens homossexuais. Pernambuco: **V Encontro de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade Senac**, out, 2011.

GOMES, N.L; VIEIRA, S.F. Construindo uma ponte Brasil – África: a universidade da integração internacional da lusofonia afrobrasileira (UNILAB). **Revista Lusófona de Educação**, n.24, 2013.

GOMES, J.B. **Ação afirmativa e princípio constitucional de igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

HENRIQUES, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

JACCOUD, L; BEGHIN, N. **Desigualdades raciais: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: IPEA, 2002.

JACCOUD, L; THEORO, M. Raça e educação: os limites das políticas universalistas. IN: SANTOS, S.A (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005.

NUNES, S.S. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. **Psicologia USP**, v.17, n.01, p.89-98, 2006.

POTY, C. **Preconceito afasta homossexuais da escola**. Rio de Janeiro: O Dia, 2009. Disponível em: <http://www.portalodia.com/noticias/piaui/preconceito-afasta-homossexuais-da-escola-12561.html>. Acesso em 21 abril de 2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, S. et.al. **Diagnóstico da sociedade atual do negro na sociedade brasileira**. Brasília: IPEA, 2002.

TAVARES, M. A universidade e a pluridiversidade epistemológica: a construção do conhecimento em função de outros paradigmas epistemológicos não eurocêtricos. **Revista Lusófona de Educação**, n.24, 2013.